

BREVE ENSAIO SOBRE O SILÊNCIO

A BRIEF ESSAY ON SILENCE

Fulvio César Garcia Severino

RESUMO: Este ensaio lança um olhar sindêmico sobre o Brasil vivenciando a pandemia de COVID-19. Compreender a COVID-19 como sindemia em vez de pandemia implica evocar o conjunto epistemológico das Ciências Humanas para, muito além de um tratamento biomédico das pessoas, encarar a COVID-19 como um problema sociológico, filosófico, político, ético, estético, moral... Desta forma, evocar as Ciências Humanas (além das Ciências Biomédicas) implica investigar o papel das universidades, sobretudo as públicas, para “começar a tentar a apreender” o porquê e o como chegamos até 2021. Trata-se de um recorte ensaístico, que não pretende, portanto, encontrar uma solução, mas auscultar os silêncios para perscrutar seus efeitos. Este ensaio está dividido em três partes. A primeira busca auscultar o silêncio no tempo presente. Embora o presente seja um tempo efêmero que representa um instante, pois considero passado tudo que é acessível à memória, para este ensaio, presente é o tempo da pandemia de COVID-19, que se estende desde o início das tentativas de confinamento. A segunda seção perscruta o silêncio passado para buscar compreender o que nos trouxe até esse presente, propondo uma breve investigação dos silêncios por trás das pesquisas, por trás dos financiamentos e nos revelando a importância das Ciências Humanas, tão negligenciadas, no combate à COVID-19. A terceira seção questiona, mirando o futuro, que “capital subjetivo” a ciência, por meio de seus agentes, agregou até então, se continuaremos ouvindo silêncios e qual o preço deles.

Palavras-chave: Sindemia; Silêncio; Ciência; COVID-19; Capital Subjetivo.

ABSTRACT: This essay proposes a syndemic look at Brazil living the COVID-19 pandemic. Understanding COVID-19 as syndemics instead of pandemics implies evoking the epistemological set of Human Sciences to, beyond a biomedical treatment of people, face COVID-19 as a sociological, philosophical, political, ethical, aesthetic, and moral issue. Thus, evoking the Human Sciences (in addition to the Biomedical Sciences) implies investigating the role of universities, especially public ones, to comprehend why and how we arrived in 2021. It is an essay cutout, which does not intend to find a solution, but to auscultate the silences to peer their effects. This essay consists of three parts. The first search auscultates the silence in the present time. Once the Present may be a time that represents an instant, I consider Past everything is accessible to memory. In this essay, the Present has been the period of the COVID-19 pandemic, which has extended since the confinement attempts. The second section looks at the past silence to understand what brought us to this present moment, proposing a brief investigation of the silences behind the research, behind the financing, and revealing the importance of Human Sciences, so neglected, in the struggle against COVID-19. The third section asks, looking to the future, what “subjective capital” the science has added until then, whether we will continue to hear silences, and what their price is.

Keywords: Syndemics; Silence; Science; COVID-19; Subjective Capital.

O SILÊNCIO-PRESENTE

Talvez, alguém olhe as ruas da cidade onde vive e ouça um silêncio que ecoa distante e se junta a tantos outros silêncios que já não mais ecoam. A pandemia da COVID-19 ainda tem nos levado a muita reflexão, reflexão essa estimulada compulsoriamente, porque demanda das pessoas que se confinem, que tentem o exercício de conviver consigo mesmas por um tempo não determinado. Mais do que o próprio confinamento, a necessidade dele – na primeira onda (em 2020), mas sobretudo na segunda (agora em 2021) – tem causado conflitos, negacionismos, produzido pseudoteorias, justamente porque o futuro tem sido incessantemente confiscado. O futuro, esta entidade que não existe concretamente, mas que existia como plano, como rotina, como previsão, como possibilidade, como um discurso que inventávamos, deixou de existir da forma como estávamos acostumados. A tarefa desafiadora agora é criar, não apenas um novo futuro, mas uma forma de criar um futuro. É disso que se trata esse ensaio.

O parágrafo acima desloca o olhar da pandemia para quem tem o privilégio do confinamento. Quase um ano de pandemia e ainda é necessária a discussão sobre confinamento, distanciamento social, talvez porque tenhamos ainda tangenciado a compreensão de que confinamento é privilégio daqueles que não são imunes ao vírus, mas à desigualdade social. O que parecia um privilégio no início da pandemia tornou-se o pior problema no enfrentamento da crise de saúde, justamente pelo seu oposto, a evidência do total desprivilegio de assistência à saúde, de assistência econômica, de assistência social, de muitos, muitos, muitos. Não obstante, somos tão imunes assim à desigualdade social quanto imaginávamos? De qualquer forma, há uma pergunta essencial para respondermos: que vidas têm direito a um futuro? Esta pergunta provém de outra, que ainda não respondemos: “que vidas importam?”, ou ainda “importam para que finalidade?”.

Essa suspensão do futuro implicou medo. O medo ronda nossas reflexões, nosso confinamento, nosso distanciamento, nossa falta de abraços. Ao mesmo tempo em que as imagens da pandemia circulam o mundo como informações de um passado que ainda é presente, revelam o futuro iminente sem tempo previsto para acabar – colocado no lugar daquele que fora confiscado, que tampouco existia. Surge a *necessidade* de algo que retire esse medo, que devolva uma certeza, que acalme o sentimento de impotência e de fragilidade. É possível olhar filosófica, racional e cientificamente para essa necessidade de modo a apreendê-la?

Aqui entra a noção de sindemia.¹ Richard Horton, médico e editor-chefe da revista médica *The Lancet*, escreveu na seção *Comment* da revista, em 26 de setembro de 2020, categoricamente, o seguinte: “não importa o quão efetivo seja o tratamento e a proteção pela vacina, se a busca de uma solução para a COVID-19 for meramente biomédica, ela fracassará” (HORTON, 2020; p. 874).² A noção de sindemia (*syndemics*) compreende um conjunto epistemológico da antropologia médica

1 O termo pandemia diz respeito a uma doença que atingiu amplitude global, diferente de endemia, que, em termos gerais, se refere a uma doença restrita a determinada área ou região. O termo sindemia não substitui pandemia devido a sua amplitude, uma sindemia pode ser global ou endêmica. Em termos epistemológicos, administrar um momento de pandemia diz respeito à autoridade do conjunto de conhecimentos das Ciências Biomédicas; por outro lado, para administrar uma sindemia, é necessário recorrer também à autoridade do conjunto epistemológico das Ciências Humanas.

2 “[...] no matter how effective a treatment or protective a vaccine, the pursuit of a purely biomedical solution to COVID-19 will fail” (Horton, 2020; p. 874).

e propõe abordagem de atuação diferente da epidemiologia tradicional; na primeira perspectiva, não apenas a interação de doenças (como, por exemplo, as diversas comorbidades que estão associadas ao agravamento da COVID-19), mas também as interações das doenças e condições sociais demandam análises biossociais capazes de conectar pesquisa social e de saúde, cuidado clínico e prevenção (SINGER et al., 2017). Os autores consideram que para enfrentar uma sindemia, diferente de encarar a COVID-19 como pandemia, o manejo da crise não pode abdicar do enfrentamento da inequidade de assistência à saúde decorrentes da pobreza, estigmatização, estresse e violência estrutural. A noção de sindemia chacoalha as Ciências Biomédicas, fazendo-as forçadamente compreender que não podem prescindir das Ciências Humanas. Mas nada é tão simples assim...

O governo federal do Brasil apresentou uma forma mágica de produzir a necessidade. São justamente a necessidade e a carência (mais ligadas ao material, à subsistência) que, segundo Hannah Arendt (2007), afastam os sujeitos do campo da política, que, opostamente, se caracterizaria pela esfera da liberdade. No início da tentativa de confinamento, no dia 23 de março de 2020, foi lançada uma medida provisória que permitia empregadores suspenderem o contrato de trabalho por quatro meses. Na terça, dia 24, o presidente fez um pronunciamento em que afirmava que a COVID-19 era apenas uma “gripezinha” e que a economia (seja lá o que isso signifique neste novo contexto) não poderia parar. Estava feita a mágica! De um futuro incerto transita-se delirantemente para a “certeza”. Desloca-se o medo da pandemia para o medo da “economia” – medo este criado e que nele mesmo contém o antídoto: voltar à normalidade. “Medo da pandemia, ou da COVID-19” teria maior possibilidade de um sentido ou significado compartilhado, diferente de “medo da economia”, que em um amplo aspecto, variaria (na esfera da necessidade) da sobrevivência à profusão e (na esfera social e política), da falência ao lucro exorbitante. Normalidade é outra palavra que perdeu qualquer significado que até então existia, ou faziam-nos acreditar que existia um significado. Neste ponto, entender a COVID-19 como pandemia rompe com a “normalidade”, mas adiciona a ideia de que assim cessada, voltaríamos a viver como vivíamos. Sindemia não apenas romperia com a normalidade, mas nos questionaria se queremos tal normalidade. Aparentemente, as pessoas preferem pandemia à sindemia, ou foram convencidas, porque o único futuro concebível é a inércia do presente já conhecido, uma espécie de “banalidade do bem”, que, na profundidade dos acontecimentos, nunca deixou de ser banalidade do mal.

Embora o presidente tenha voltado atrás parcialmente na questão dos salários, o medo foi acionado e apoiado em um sentimento que tinha realidade: milhares e milhares de famílias não são capazes de se manter em confinamento por meses sem renda. Desloca-se, novamente, num passe de mágica, a ação neoliberal de um governo mínimo para uma meritocracia necropolítica, esses dois fenômenos, que, longe de serem antagônicos, coalescem-se em forma de política pública da salvação, salvação necropolítica por meio da periferização da pandemia. Mas a periferização é apenas outra mágica genocida. Lembremo-nos de que mágica é ilusão, de que os que aplaudem o mágico foram enganados e, ainda, de que a magia é o placebo com cara de remédio efetivo para a “cura” da realidade – mas, como curar a realidade dela mesma senão pela invenção de outra realidade?

Singer et al. (2017) destacam, entre outras, que enfrentamos duas sindemias: a SAVA³ e a VIDDA.⁴ A primeira com maior prevalência entre homens que fazem sexo com homens – mas não restrita a eles – e a segunda, especialmente relacionada a imigrantes mexicanas nos EUA. Ambas têm em comum o fato de serem agravadas pela pobreza, desemprego, falta de moradia, adensamento populacional, desnutrição, deterioração de redes de apoio sociais, inequidades sociais e étnicas. Estes são todos enfrentamentos que fazem da COVID-19 também uma sindemia, que assim como a SAVA, tem caráter global, diferente da VIDDA, cujo caráter é regional, embora possamos encontrar variações, com peculiaridades, por todo o globo. Assim como a SAVA é guetizada e periférica, vemos o mesmo processo acontecendo com a COVID-19 – quando uma sindemia é encarada como pandemia, parece ser esse o processo de “banalidade do bem” que acontece, como se alguns corpos fossem mais vulneráveis do que outros, que, por oposição, seriam “mais imunes”.⁵ Mas a vulnerabilidade e a imunidade são construções edificadas justamente no abismo social, onde a diferença entre o bem e o mal (este último lido pelo enquadramento da abjeção) se estabelece.

Quando se imaginava (entre maio e junho de 2020) que o Brasil estava na iminência de um *lockdown*, alguns governos estaduais e municipais começaram a revogar o fechamento do comércio e começaram a permitir a reabertura para que a economia “volte a funcionar”. Grupos de pessoas saíram às ruas, dentro de seus carros caros, pedindo à volta da “normalidade”. A certeza que os governos entregavam era a certeza do caos, do desastre, de uma hecatombe. Some-se o fato de que a desigualdade no Brasil é assustadora e que milhares se encontram em situação de rua, milhões se encontram em favelas cujas condições não permitem os devidos cuidados que as estratégias mundiais recomendam e outros milhões (desempregados e subempregados) não têm nem terão como se manter em confinamento por falta de condições financeiras e materiais de subsistência, leia-se sobrevivência. Foi assim durante a primeira onda e o será ainda mais agravado na segunda.

O conjunto dessas condições não entrou em nenhum cálculo do governo federal. Disso tudo, conclui-se que não vivemos apenas uma crise da saúde, mas uma crise social que escancara a desigualdade e revela o “pensamento abissal” brasileiro, mas também da humanidade, como bem afirmara Boaventura Souza Santos, agora evidentemente também como sindemia. A desigualdade revelou-se como catalizador da devastação que, ironicamente, equaliza as vidas – mas apenas equaliza aquelas que importam, aquelas que podem renunciar à preocupação com o futuro para se preocupar com o presente. Para todas as outras, o presente também foi confiscado, há mais ou há menos tempo.

O abismo entre as vidas que importam e as que não, entre as vidas que podem reinventar o futuro e as que não podem, entre as que podem se confinar e as que não podem, “coincidentalmente” evidencia: de que lado desse abismo estão os corpos indígenas, os corpos negros, os corpos de pessoas trans? Como ficam os corpos de mulheres, mesmo do lado privilegiado do abismo, quando a violência contra elas e

3 SAVA, do inglês, substance abuse, violence, and aids, que relaciona drogas, violência e aids.

4 VIDDA, do inglês, violence, immigration, depression, type 2 diabetes, and abuse, que relaciona violência, imigração depressão, diabetes tipo 2 e abuso.

5 Não existe, biologicamente, “mais imunes”. Imunidade a certo patógeno, ou se tem ou não. Não existe “mais ou menos” imune; existe, entretanto, o desenvolvimento da imunidade (individual ou coletiva), que é um processo complexo.

o feminicídio aumentaram durante o confinamento? Além de um presente e de um futuro confiscados, precisamos lembrar que se existem presente e a possibilidade de futuro é porque há um passado que não nos foi confiscado, mas negligenciado. Precisamos nos recolocar como sujeitos históricos, não de uma história, mas de várias histórias feitas de inúmeras narrativas. O Brasil já ultrapassou, oficialmente, 280 mil⁶ mortos pela COVID-19, mas 280 mil é apenas um número e não duzentas e oitenta mil narrativas silenciadas. Embora Paul Veyne (1998) dissesse que a compreensão histórica é uma ilusão retrospectiva e que quanto mais truísmos enxergamos, mais enganados nos tornamos, viver o próprio momento histórico pouco nos acrescenta à compreensão, talvez, porque acreditemos em truísmos envelhecidos e requentados de outras retrospectivas históricas.

Entendo que o discurso do presidente tem ganhado permissão de emergir porque há condições que também o permitem ter recepção e circulação. O ataque às universidades públicas desde o início do governo e os recorrentes cortes de bolsas para a pós-graduação reforçam a crise e mantém a estratégia de, insidiosamente, produzir o caos “pelas beiradas”. Na fuga do caos, vimos caminhando rumo ao caos. E, na perspectiva de um futuro incerto, vimos caminhando rumo à incerta certeza do futuro, que se torna cada vez mais distante.

O SILÊNCIO-PASSADO

Enquanto a arte é uma forma de nos relacionarmos com o passado e com o presente, a ciência é uma forma de nos relacionarmos também com o futuro, ambas permitindo-nos atribuir um sentido compartilhado de realidade. Mas se arte e ciência são depreciadas e colocadas em detrimento de achismos e opiniões infundadas passamos a perder a noção do limite do que é verdade e do que não é, por extensão, do que é realidade e de como fazer sua leitura.

Como já nos mostrara Foucault, os enunciados e os discursos são produzidos e proferidos porque encontram recepção e permissão para circular. Os discursos obscurantistas e anticientíficos ganharam o “mercado” porque encontraram possibilidade de ser negociados, ganharam valor, possuem capital simbólico dentro de uma população estrategicamente desgovernada, de um grupo ressentido que se julga elite, somada a uma massa⁷ negligenciada. E a ciência? Importante, essencial e inadiável repensarmos sua função social por meio das universidades – sobretudo as públicas. Mas a ciência tem se tornado cada vez mais esquizoide e egocentrada. Os ataques que vem sofrendo, sobretudo depois do golpe de 2016 e mais especificamente depois das eleições de 2018, passaram a nos amedrontar, nós as “elites intelectuais”. Não obstante, ataques como esses, que atribuímos ao fascismo e ao nazismo, os indígenas conhecem há 520 anos, quando esses nomes ainda não existiam. Negros e negras, comunidades quilombolas, pessoas que vivem nas favelas, pessoas trans e travestis, mulheres, pessoas LGBTQs, todas essas também vivem o fascismo e o nazismo no Brasil há muito tempo (que durante a pandemia tem se escancarado). No entanto, eram, ou periféricos, ou invisíveis, ou os dois; no máximo, serviam de objetos de pesquisa para aumentar o capital científico e engordar currículos Lattes.

6 Dados atualizados em 19 de março pelo site do ministério da saúde.

7 A referência à “massa” se alinha com o pensamento de Foucault (em Segurança, território, população), massa como a população cujo volume e densidade está submetida a um saber econômico do Estado e controlada por dispositivos de segurança.

Qualquer cientista que, por exemplo, já tenha lido “O campo científico”, escrito por Bourdieu, e não parou para refletir sobre a função social da ciência e não modificou sua atuação político-científica é também, em certa medida, responsável pela crise por que passamos.⁸

Sem generalizações, óbvio que mudanças progressistas também ocorreram, mas a pandemia do coronavírus também escancarou nossos inúmeros e inomináveis *pathos*⁹ sociais e científicos, estraçalhou nossas convicções, também científicas, e econômicas, ambientais, filosóficas, de saúde coletiva, de empatia, de sociabilidade e até das nossas “subjetividades tão cientificamente racionalizadas”.

Antes de seguir este ensaio, é preciso distanciar-nos das noções de vítima, vilão/vilã, herói/heroína que possam ser evocadas a reboque. Demando, doravante, uma concepção menos dialética, menos binária e menos moralista para prosseguirmos.

De acordo com a plataforma Sucupira (Capes/Governo Federal),¹⁰ o Brasil possui 7064 cursos de pós-graduação e 4651 programas, destes, 84,2% são de universidades públicas. A plataforma mostra que há 100 cursos e 67 programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo ao mesmo tempo em que vivemos entre uma quantidade gigantesca de pessoas sem moradias e outras tantas vivendo em condições urbanísticas subumanas, sem sequer saneamento básico – condições essas evidenciadas na dificuldade de contenção da COVID no Brasil, especialmente nas metrópoles. Em relação ao ambiente e pesquisas biológicas, o Brasil conta com 250 cursos cujo tema é a biodiversidade e 67 programas; na área de ciências agrárias e ambientais são 552 cursos de pós-graduação e 366 programas; são 315 cursos ligados às ciências biológicas e 177 programas. De que maneira essa quantidade de pesquisa impactou a reforma agrária, as condições das populações rurais e tradicionais, a demarcação de terras indígenas, a produção de alimentos orgânicos e de pequenos produtores, a redução no uso de agrotóxicos? Temos também 284 cursos na área de educação e 230 na área de ensino, 190 programas de pós-graduação em educação e 187 na área de ensino – que impacto geraram na melhoria das condições da educação no Brasil? Em relação aos programas e cursos na área da saúde (considerando apenas medicina, enfermagem e saúde coletiva), temos 698 cursos e 449 programas de pós-graduação, com essa quantidade de pesquisa, é possível que permitamos o desmantelamento do Sistema Único de Saúde (SUS)? Por que ainda precisamos convencer as pessoas de que vacinas são importantes? Como permitimos que doenças já erradicadas voltem a matar pessoas? Questiono se o desmonte

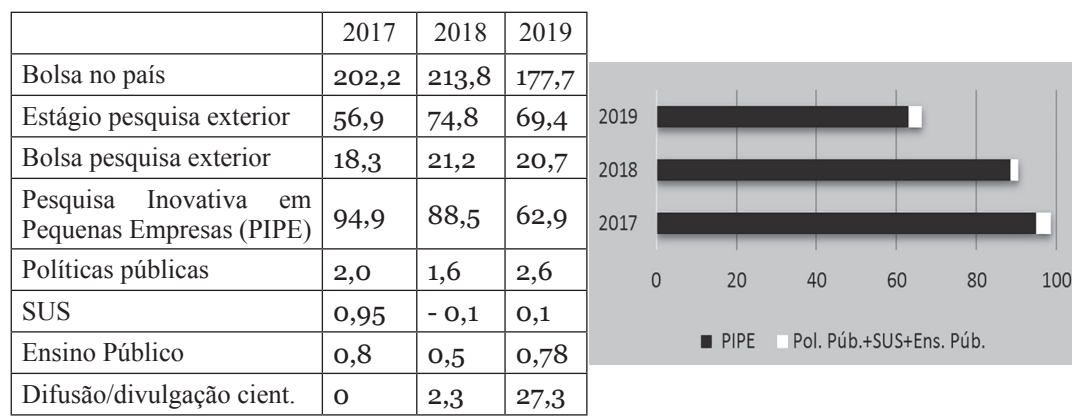
8 Além de Pierre Bourdieu, que faz a crítica à ciência pelo viés sociológico, temos, por exemplo, também, nas ciências naturais, nomes como Gérard Fourez, Thomas Kuhn, Gastón Bachelard e, na medicina e ciências da saúde, a importante contribuição de Georges Canguilhem (obras como O normal e o patológico e Ideologia e racionalidade nas ciências da vida). Em contraposição a esse conjunto de visões ocidentais, Jean-Marc Éla, um filósofo de África, também questiona a visão eurocentrada da ciência como verdade, que subalterniza concepções orientais e africanas. Interessante que, ao fazer a crítica, não descaracteriza nem subalterniza a visão eurocentrada. (Cf. ÉLA, J.M. Investigação científica e crise da racionalidade, Livro I, Edições Pedagogo, Coleção Reler África. 2012). Boaventura Souza Santos também relaciona o pensamento abissal à maneira como a ciência é tratada. Com todas essas possibilidades, Bourdieu aparece, neste ensaio, como uma metonímia para o conjunto de críticas já feitas epistemologicamente à ciência e seus agentes.

9 O uso de *pathos* aqui, embora remeta à “patologia”, demanda mais do que esse conceito, relaciona a sofrimento, paixão, afeto – ao mesmo tempo que desvincula do discurso médico de que o governo, sobretudo via ministério da economia, utilizou-se, no início da pandemia/sindemia para metaforizar a crise econômica.

10 <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoA-reaAvaliacao.jsf;jsessionid=ov7Jws0eEosZWNcycFCy1F-7.sucupira-218>. Acesso em 20/05/2020.

das universidades públicas não seja também uma sindemia com características endêmicas.

Tomemos como exemplo o investimento em pesquisa a partir dos valores de concessão para bolsas e auxílio de pesquisa divulgados pela agência de fomento Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo). Quando comparamos o investimento destinado à inovação para pequenas empresas, este foi 25,3 vezes maior do que o investimento em pesquisas de políticas públicas, SUS e ensino público juntos. Em 2019, as pequenas empresas ficaram com 18,1 vezes mais investimentos do que políticas públicas, SUS e ensino público juntos. Em 2018, a mesma comparação dá um número 44,1 vezes maior (desconsiderando o SUS, que a revista apresenta um valor negativo).



Quadro/Figura 1. Valores de concessão para bolsas e auxílio pesquisa, Fapesp11 (em milhões de R\$) e Gráfico comparativo do investimento (de 2017 a 2019) em áreas de pesquisa pela Fapesp (em milhões de R\$).

Fonte: Fapesp, 2020; elaborado pelo autor

Segundo o texto da própria Fapesp, em sua revista de divulgação científica (*Revista Fapesp*), analisado também por Salgado e Delege (2018), a agência de fomento divulga as pesquisas (que também financia) e que “são os feitos mais avançados na pesquisa brasileira” (no entanto, a agência financia apenas projetos no estado de São Paulo, exceto instituições de pesquisas de outros estados em parceria com as de SP). Obviamente, o que é mais financiado é o mais divulgado; produz-se, portanto, uma concepção de ciência e de produção científica a partir de um *éthos* propagandístico da própria revista – neste caso, a realidade é forjada e apresentada com um formato, o que as autoras chamam de “doxa da modernidade”. O valor de concessão de bolsas no país, entre 2017 e 2019, teve uma diminuição de R\$ 24,5 mi, enquanto a receita total da Fapesp aumentou em R\$ 114 mi – de R\$ 1,339 bi para R\$ 1,453 bi. Coincidentemente (ou nem tanto), o investimento na divulgação das pesquisas aumentou 11,9 vezes entre 2018 e 2019 – não era contabilizado em 2017 – e em 2019 era 7,84 vezes maior do que políticas públicas, SUS e ensino médio juntos.

O flerte de parte da população com as ditaduras não é responsabilidade apenas das Ciências Humanas, mas de todas – não é suficiente apenas que nos indignemos. O silêncio científico custa caro: custa o corte de bolsas para pesquisa, que tem implicação na sobrevivência de estudantes e, por consequência, seus desenvolvimentos como pesquisadores e pesquisadoras, custa o corte de verbas para pesquisas essenciais, custa a importação de tecnologias quando poderíamos produzir e exportá-las,

11 <http://www.fapesp.br/14000>. Acesso em 21/05/2020.

custa a submissão à ciência estrangeira, custa milhares de mortos na pandemia que assola também o Brasil, custa, no limite, a morte da democracia. A produção científica – veiculada, por exemplo, pela Fapesp –, segundo Salgado e Delege (2018), relaciona “ciência” com tecnologias, com inovação (tecnológica), com indústrias¹², o que desloca sub-repticiamente as Ciências Humanas para o outro lado do pensamento abissal, que também é científico e acadêmico. Talvez possamos associar o fato de parte da população considerar a volta da ditadura e do AI-5 com a falta de “humanidades” e de reflexão filosófica que “imunizariam” não somente a população contra as ciências humanas, mas também a própria ciência e seus agentes. Encararmos a COVID como pandemia em vez de sindemia, diz muito sobre o local em que as Ciências Humanas se encontram, diz muito sobre suas potencialidades, diz muito sobre sua importância negligenciada e autonegligenciada, mas também convida todas as ciências a saírem do egocentrismo e do esquizoidismo, mostra que são necessários debates, discussões, diálogos, intersecções para enfrentarmos todos os aspectos sindêmicos da COVID: enquanto buscamos uma terapêutica biomédica para a COVID, precisamos pensar em uma contrapartida para a situação do país em relação à ciência e às artes.

SILÊNCIO-FUTURO?

Foucault lecionou no *Collège de France* de 1971 a 1984. No curso “Em defesa da sociedade” (*Il faut défendre la société*) de 1975-6, ele inicia sua primeira aula (7 de janeiro de 1976) dizendo:

Eu gostaria que ficasse um pouquinho claro o que se passa aqui, nestes cursos. Vocês sabem que a instituição onde estão, e onde eu estou, não é exatamente uma instituição de ensino. Enfim, seja qual tenha sido o significado que quiseram dar-lhe quando foi criado faz muito tempo, atualmente o *Collège de France* funciona essencialmente como uma espécie de organismo de pesquisa: é-se pago para fazer pesquisa. E eu acho que a atividade de ensino, no limite, não teria sentido se não lhe déssemos, ou se não lhe atribuíssemos, em todo caso, o significado que aqui vai, ou pelo menos que sugiro: já que se é pago para fazer pesquisa, o que pode controlar a pesquisa que se faz? De que maneira se pode manter a par aqueles que podem se interessar por ela e aqueles que têm alguns motivos de estar ligados a essa pesquisa? Como é que se pode fazer, senão finalmente pelo ensino, isto é, pela declaração pública, a prestação de contas pública, e relativamente regular, do trabalho que se está fazendo? Portanto, não considero estas reuniões de quarta-feira como atividades de ensino, mas antes como espécies de prestações de contas públicas de um trabalho que, por outro lado, deixam-me fazer quase como eu quero. Nesta medida, considero-me absolutamente obrigado, de fato, a dizer-lhes aproximadamente o que estou fazendo, em que ponto estou, em que direção [...] vai este trabalho; e, nessa medida, igualmente, considero-os inteiramente livres para fazer, com o que eu digo, o que quiserem. São pistas de pesquisa, ideias, esquemas, pontilhados, instrumentos: façam com isso o que quiserem.

A partir dessa reflexão, que tipo de prestação de contas as universidades públicas brasileiras oferecem à sociedade, que financia as pesquisas? Como seria possível que universidade e população tivessem oportunidade de entender, refletir e dialogar

12 Segundo as autoras, na série histórica analisada (revista Pesquisa Fapesp, de 1995 a 2018), a palavra “inovação” teve cerca de 8 mil ocorrências; “mercado”, cerca de 4 mil; “indústria”/“indústrias”, cerca de 6 mil.

sobre a quantidade de informações contraditórias que abundam e invadem as redes sociais?

Se pudéssemos olhar o ano de 2020 como se assistíssemos a um filme perceberíamos que existiriam, na verdade, infinitos filmes, o que tornaria impossível apreender uma história. Precisamos de um recorte e de uma forma de apreendê-lo, ou seja, de analisar, de compreender, de descrever, de interpretar, de atribuir sentidos e significados para que o que vivemos seja menos vivência que experiência¹³. Tomo particularmente o ano de 2020 pois vivemos, além da expressão política da extrema-direita no mundo, também uma pandemia (melhor seria dizer sindemia, mas o discurso que atribuí significado para o que vivemos é ainda pandemia). Sindemia soaria como “um bando de comunistas-socialistas de esquerda da área das humanas” gritando radicalismos em uma marcha contra a criminalização do aborto, ou a favor da legalização da maconha, ou a favor dos direitos LGBTQTs, ou contra o racismo, ou contra o feminicídio. A própria extrema-direita tornou-se uma sindemia global, mas esta acredita que seus inimigos imaginários são a pandemia.

Do terraplanismo, passando pela cloroquina e hidroxicloroquina, até o movimento antivacina e a “COVID-19 é uma invenção”, diferente desses, outros acontecimentos foram silenciados: a morte de George Floyd, nos EUA, e toda a explosão antirracista supernoticiada, cuja repercussão não evitou a morte por “bala perdida” de tantas crianças pretas, no Rio de Janeiro e o espancamento e morte de João Alberto, no Carrefour de Porto Alegre. Tivemos a marcha antifascista na avenida Paulista (São Paulo-SP), mobilizada pela torcida do Corinthians, mas tornaram-se acontecimentos abafados. Assistimos a grupos antiaborto atacarem médicos que atendiam uma menina de 10 anos estuprada havia anos pelo tio; vimos ser revogada a lei de cotas raciais, manifestações a favor do AI-5; enquanto tudo isso acontecia, as praias do litoral paulista, carioca, catarinense se apinhavam de gente desde junho de 2020. A COVID-19 se apresenta, silenciosamente, cada vez mais sindêmica: racismo, lgbtfofia, feminicídio, pobreza são suas principais “enfermidades” associadas, mas que, de forma subvertida, são utilizadas como “tratamento” necropolítico.

Não sem coincidência assistimos, efusivamente passivos, a uma reunião ministerial em que discursos beirando o lúgubre foram proferidos: “... então pra isso precisa de um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse aspecto de tranquilidade [sobre o caos do governo] enquanto cobertura de imprensa, porque só fala de COVID, e ir passando a boiada...” ou “... e é nessa confusão toda, todo mundo achando que [es]tamos distraídos, abraçaram a gente, rolaram com a gente, nós já botamos a granada no bolso do inimigo, dois anos sem aumento de salário...”. E continuamos efusivamente passivos. Enquanto isso, as mídias e redes sociais abundam-se de “bundamolismos” cheios de indignações, de protestos, de sugestões, de críticas, de acusações, onde os “bundamolistas” e seus seguidores, também “bundamolistas”, se comportam como se estivessem em uma plataforma *streaming* de filmes, ou aplicativos de relacionamento, consomem “bundamolices” e, no fundo, o que importa são os *likes*, e o presente se transforma instantaneamente em passado remoto, esquecido e silenciado – mais uma versão da “banalidade do bem”. Também corrobora

13 Diferencio vivência de experiência. A primeira está ligada ao presente, pode ou não se transformar na segunda. Vivência é a apreensão do presente no intervalo de tempo efêmero que ele dura, são as sensações e percepções de forma inercial. Considero experiência as vivências retomadas pela memória e que, por serem memórias, são sempre interpretações a partir de novas vivências e de novas experiências e, portanto, elaboração e transformação das vivências por meio de atribuição de sentidos e significados.

o caráter sindêmico da COVID-19 a falta de educação política, filosófica, histórica, artística, literária, científica. Esta lista pode ser complementada, por outro lado, ter tudo isso é um privilégio, o que nos recoloca no começo do ensaio. Parte relevante dos desprivilegiados estão, basicamente, desde muito antes da pandemia, tentando sobreviver, sendo a sobrevivência seu único capital subjetivo¹⁴.

Judith Butler (*In* BUTLER; SPIVAK, 2018) considera que a atuação de grupos de pessoas em locais onde não seria permitida tal atuação é um tipo de “contradição performativa”. Em *Corpos em aliança*, Butler (2019) destaca a importância do que ela chama de “ação concertada e corporificada” da performatividade, que diferente do aspecto individual concebido em *Problemas de gênero*, agora é pensada na ação coletiva, quando os corpos se associam em aliança. Essa ação questiona o caráter público dos espaços, disputando-os, justamente porque a ação política demanda um espaço de aparecimento. A performatividade é importante porque não descreve apenas o processo de ser objeto de uma ação, mas também suas condições e possibilidades. No entanto, o que apreendo aqui é que a performatividade em aliança – tanto como contradição quanto performatividade – para que ocorra e tenha efeito político e de aparecimento, demanda capital subjetivo, sem o qual ficamos relegados sempre à necessidade.

A base do problema de enfrentamento da COVID-19 que presenciamos é basicamente a desigualdade de capital subjetivo, mas que reflete e é consequência de todo o conjunto de desigualdades sociais, econômicas, de gênero, de orientação sexual. O capital subjetivo se materializa nos corpos e é rapidamente identificável e diferenciador: roupas, atitudes, comportamentos, linguagem. Não à toa, é preciso forjá-lo: talvez isso explique as aglomerações em bares e festas, as praias lotadas, shoppings e lojas cheios, negacionismos. Como o capital subjetivo é encorpado pelas expectativas do futuro com o material de experiências e vivências, e como o futuro não apenas está suspenso, mas também se tornou assustador, não sobra outra possibilidade senão dar um sentido diferente às vivências, forjando as experiências e negando a realidade que se apresenta. Some-se a isso o desprivilegio econômico, social, histórico, filosófico, científico, artístico, literário, político e, talvez, possamos começar a entender por que e como chegamos até 2021.

Outro exemplo: moro em São Carlos-SP, a cidade possui duas universidades públicas, a USP e a UFSCar¹⁵. A USP-São Carlos foi criada em 1948 e sua primeira aula aconteceu em 1953 – existe, portanto, em São Carlos há 72 anos. A UFSCar foi fundada em 1968 e inaugurada em 1970 – existe, portanto, há 52 anos. Alguns meses antes da pandemia fui a algumas escolas públicas por conta da minha pesquisa de doutorado e ao falar das universidades, a grande maioria dos estudantes relata que não pensam em cursar o ensino superior porque não têm condições de pagar as mensalidades, que consideram caras demais. A mínima informação de que as universidades públicas são gratuitas não é de conhecimento dos estudantes. Como defender as universidades se elas não fazem parte de um capital subjetivo das pessoas? A fala de Foucault pode nos trazer elementos para responder a essa pergunta. Finalizo esse ensaio buscando algumas respostas, mas sobretudo que, a partir dessas, outras possam também ser possíveis.

14 Chamo de capital subjetivo, basicamente, o conjunto de vivências e experiências capazes de mobilizar, no sujeito ou indivíduo, a produção de desejos que implicam ambições (como perspectivas e projetos de futuro). Não se trata de um conceito fechado, mas o uso de uma ideia como instrumento para análise.

15 USP, Universidade de São Paulo; UFSCar, Universidade Federal de São Carlos.

As universidades precisam se abrir às pessoas a despeito da “inclusão” meritocrática dos vestibulares. Há algumas possibilidades: aulas abertas às comunidades no próprio espaço da universidade como ocorrem no *Collège de France*; aulas abertas em outros espaços que não as universidades, mas que ocupem outros espaços públicos e se envolvam com as pessoas externas (e alheias) à comunidade acadêmica.

Outra possibilidade que considero de extrema importância e urgência, as universidades e institutos de ensinos superiores poderiam (na verdade, precisam urgentemente!) produzir uma revista ou outro material de divulgação científica, de divulgação literária, de divulgação filosófica, de divulgação artística, com regularidade e que seja disponibilizado minimamente nas cidades em que estão instalados os campi, que sejam disponibilizados gratuitamente em diversos espaços públicos e até privados, como escolas, entidades de bairros, museus, bibliotecas etc. Porque, se a montanha não vai a Maomé, tanto a montanha não existe para Maomé, quanto Maomé não existe para a montanha. Não sem coincidência já ouvimos da atual ministra dos direitos humanos que o problema da ciência é que ela é dominada por cientistas; a mesma que enuncia que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. E esses discursos têm recepção e circulam, agregam capital subjetivo e ganham o “mercado” dos discursos.

Torna-se premente a urgência de a ciência por meio de seus agentes estabelecer diálogos com as pessoas, com as comunidades para que possamos voltar a ter a expectativa de um futuro diferente deste que o presente anuncia. A ciência não é a solução dos problemas, mas é uma forma de estabelecer um dos vínculos possíveis com a realidade, vínculo esse importante porque permite ampliar as possibilidades de apreensão, compreensão, reflexão, análise e julgamento dos fatos, das narrativas, dos acontecimentos e das possibilidades que inscrevem a realidade.

Haveria feito diferença – para a própria pesquisa e para suas consequências sociais e políticas – se as universidades, por meio de seus programas de pós-graduação, tivessem de fazer uma prestação de contas próxima da que Foucault enunciou? Não precisamos de menos programas e menos pesquisas, pelo contrário, precisamos de mais, mais bem e equitativamente financiados, para que, sobretudo, tenham, de fato, impacto. As Ciências Humanas não são desprezadas porque não servem ou não funcionam, pelo contrário, são estrategicamente menosprezadas porque são perigosas pelo potencial instrumental de crítica e de mudança que têm.

Há um longo presente até que ele possa se transformar em futuro.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. *A condição humana*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, 352 p.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Notas para uma teoria performativa de assembleia. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 (Tradução de Fernanda Siqueira Miguens).

BUTLER, J.; SPIVAK, G. C. *Quem canta o Estado-nação?* Língua, política, pertencimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018 (Tradução de Vanderlei J. Zacchi e Sandra Goulart Almeida).

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HORTON, R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet*. Setembro, v. 396, 874 p., 2020.

SALGADO, L. S.; DELEGE, M. Mundo ético e mídiun: uma cenografia paulistana para a ciência brasileira. *Let. Hoje*, v. 53, n. 3, 374-385 p., jul.-set. 2018.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos*. 79; pp.71-94, 2007.

Singer, M.; Bulled, N.; Ostrach, B.; Mendenhall, E. Syndemics and the biosocial conception of health. *The Lancet*. Series, v. 389, Mar 4, 491-450 p. 2017.

VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4a. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 285p., 1998.